



ALEXANDRE EVARISTO PINTO  
FÁBIO GOULART TOMKOWSKI  
IVAN ALLEGRETTI  
LUCAS BEVILACQUA  
*Coordenadores*

*Prefácio*  
Ives Gandra da Silva Martins

*Apresentação*  
Valter de Souza Lobato

## ICMS NO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DE SÃO PAULO

Os Tribunais Administrativos em matéria tributária desempenham um papel de extrema importância para o Estado e para a sociedade. No entanto, é ainda pouco conhecida a sua contribuição para a pacificação dos conflitos e o aperfeiçoamento do sistema tributário. A presente coletânea de artigos tem o objetivo precisamente de levar ao conhecimento do público em geral, em especial dos profissionais e estudantes de Direito, julgamentos relevantes do Tribunal de Imposto e Taxas (TIT), relacionados à interpretação da legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS) no âmbito do Estado de São Paulo.

- Área específica**  
DIREITO TRIBUTÁRIO
- Áreas afins**  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- Público-alvo/consumidores**  
Profissionais e estudantes de pós-graduação.

**FORMATO:** 14,5 x 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003190

I17

ICMS no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo / coordenado por Alexandre Evaristo Pinto ... [et al.]. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

525p.; 14,5cm x 21,5cm.  
ISBN: 978-65-5518-319-1

1. Direito. 2. Direito Tributário. 3. Direito Processual Civil. I. Pinto, Alexandre Evaristo. II. Tomkowski, Fábio Goulart. III. Allegretti, Ivan. IV. Bevilacqua, Lucas. V. Título.

2022-75

CDD 341.39  
CDU 34:336.2

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PINTO, Alexandre Evaristo; TOMKOWSKI, Fábio Goulart; ALLEGRETTI, Ivan; BEVILACQUA, Lucas (coord.). ICMS no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 525p. ISBN 978-65-5518-319-1.

#### ALEXANDRE EVARISTO PINTO

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Conselheiro Titular da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no CARF (Aconcarf). Professor no Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Fundação Instituto de Administração (FIA), Insper e Ibmec.

#### FÁBIO GOULART TOMKOWSKI

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito Tributário pela PUCRS – Instituto de Estudos Tributários. Especialista em Direito Processual Civil pela UFRGS. Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP). Conselheiro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio/SP. Advogado e Professor no Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

#### IVAN ALLEGRETTI

Doutorando e Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Ex-Conselheiro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/DF. Advogado e Professor de Direito Tributário nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

#### LUCAS BEVILACQUA

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário (USP). membro-associado do IBDT. Professor Permanente do PPGDP/UFG e Coordenador do Observatório da Macrolitigância Fiscal (IDP/Brasília). Ex-Conselheiro Titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF/ME 2016-19). Procurador do Estado de Goiás em Brasília cedido como Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

Ives Gandra da Silva Martins .....	15
------------------------------------	----

### APRESENTAÇÃO

Valter de Souza Lobato.....	17
-----------------------------	----

### IMPORTAÇÕES POR ENCOMENDA

Adriana Stamato, Marcelle Silbiger.....	23
Introdução .....	23
1 Importações por encomenda .....	24
2 Panorama sobre guerra fiscal do ICMS e os argumentos e pró-Fisco...25	25
3 Jurisprudência do TIT e os argumentos pró-contribuinte .....	28
3.1 Período entre o Protocolo nº 23/09 e a decisão do STF no <i>leading case</i> ...28	28
3.2 Julgamento do ARE nº 665.134 pelo STF .....	35
3.3 Decisões do TIT após o julgamento do <i>leading case</i> pelo STF.....38	38
Conclusão .....	40

### A EVOLUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO SOFTWARE NA VISÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO SÃO PAULO

Alexandre Evaristo Pinto, Fernando Luis Bernardes de Oliveira.....	41
Introdução .....	41
1 Definição de <i>software</i> e sua relação com a <i>cloud computing</i> e o SaaS.....43	43
2 O <i>software</i> , a <i>cloud computing</i> e o SaaS no processo administrativo do TIT .....	45
3 A <i>cloud computing</i> e o SaaS na visão do STF .....	50
Conclusão .....	53

### A RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 13/2012 E A LISTA CAMEX NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alexandre Luiz Moraes do Rêgo Monteiro, Rachel Mira Lagos.....	55
Introdução .....	55
1 Breve contextualização histórico-normativa do tema .....	56
2 Considerações jurídicas a respeito das Resoluções nºs 13/2012 e 79/2014.....	59
2.1 Aspectos constitucionais e legais relativos à Resolução nº 13/2012 .....	60
2.2 Dos limites aos deveres instrumentais instituídos por atos normativos secundários .....	62
2.3 Interpretação dos dispositivos constantes da Resolução CAMEX nº 79/2012 .....	63
3 Análise da jurisprudência do TIT/SP a respeito da Resolução nº 13/2012 e da Resolução CAMEX nº 79/2012. Mapeamento e aferição dos argumentos pró-Fisco e pró-contribuinte nos precedentes .....	64
3.1 Ausência de comprovação de similar nacional .....	70
3.2 Ausência de comprovação de origem estrangeira e conteúdo de importação.....	71
3.3 Análise da alíquota de importação para mercadorias no art. 1º, I, da Lista CAMEX.....	71
3.4 Alíquota em remessa para não contribuintes.....	72
Conclusão .....	73

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 527-A DO RICMS/SP ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Angela Sartori, Jandir J. Dalle Lucca .....	75
Introdução .....	75
1 Os critérios previstos no art. 527-A do RICMS/SP e a jurisprudência administrativa do Tribunal de Impostos e Taxas.....	78
1.1 Multa isolada.....	79

1.2	Dolo, fraude ou simulação .....	80
1.3	Porte econômico .....	82
1.4	Antecedentes fiscais .....	84
2	Outros aspectos jurisprudenciais polêmicos.....	86
2.1	Necessidade de peticionamento.....	86
2.2	Faculdade ou dever.....	87
2.3	Cumulatividade dos requisitos .....	90
	Conclusão .....	91

## ARMAZÉM GERAL E O SETOR DE TRANSPORTES: CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DE SÃO PAULO

Caio Augusto Takano, Rinaldo Braga .....	93	
Introdução .....	93	
1	Argumentos fazendários.....	97
2	Argumentos dos contribuintes.....	98
3	Jurisprudência do TIT/SP .....	99
	Conclusão .....	111

## A GUERRA FISCAL DO ICMS

Carlos Otávio Ferreira de Almeida.....	113	
1	Um imposto sobre valor agregado (IVA) frente à guerra fiscal .....	113
1.1	Caracteres gerais da guerra fiscal .....	113
1.2	O que esperar de um IVA.....	115
1.3	Características ínsitas ao ICMS .....	116
1.4	Federação e ICMS .....	118
1.5	Questões atuais da guerra fiscal no STF.....	119
2	A posição do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo... 120	
2.1	Argumentos favoráveis ao Estado .....	122
2.2	Argumentos favoráveis ao contribuinte .....	122
	Considerações finais.....	131

## O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DOS ESTABELECIMENTOS NA PERSPECTIVA DO TIT/SP

Daniel Meir Grajzer .....	133	
Introdução .....	133	
1	Argumentos pró-Fisco .....	137
1.1	Conceito de estabelecimento para a Fazenda Estadual .....	137
1.2	Princípio da autonomia dos estabelecimentos – Interpretação da Fazenda Estadual – Transferência entre matriz e filiais .....	138
2	Postura da Fazenda Estadual na Operação Cartão Vermelho .....	139
2.1	Operação Cartão Vermelho – Breve contexto .....	139
2.1.1	Autuação do estabelecimento matriz sem a fiscalização/apuração das obrigações das filiais .....	140
3	Argumentos pró-contribuinte .....	140
4	Jurisprudência do TIT/SP .....	142
	Conclusão .....	145

## O ICMS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE MERCADORIA DESTINADA À EXPORTAÇÃO

Fabio Pallaretti Calcini, Gabriel Magalhães Borges Prata .....	149	
Introdução .....	149	
1	A outorga de competência impositiva aos Estados: o ICMS.....	150
2	O conceito de serviço de transporte e o ICMS-Transporte.....	150
3	Imunidade específica dos serviços de transporte .....	153
4	O entendimento do Fisco paulista antes da edição do Decreto nº 56.335/2010 .....	155
5	O entendimento do Fisco após a edição do Decreto nº 56.335/2010 ...158	
6	O entendimento dos contribuintes .....	158
	Conclusões.....	162

## NULIDADES NO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TIT/SP)

Fábio Goulart Tomkowski, Rodrigo Alexandre Lazaro Pinto.....	165
--------------------------------------------------------------	-----

	Introdução .....	165
1	Lançamento tributário na expressão do Código Tributário Nacional (CTN).....	166
2	Falta de liquidez e certeza do crédito tributário no contexto do lançamento tributário .....	172
2.1	Nulidade por cerceamento do direito de defesa.....	174
2.1.1	Nulidade por falta de correlação entre a descrição da infração e o artigo tido por infringido .....	176
2.1.2	Ausência de comprovação da ocorrência do fato gerador.....	177
2.2	Demonstração do prejuízo do recorrente para reconhecimento da nulidade .....	180
2.3	Declaração de inidoneidade e glosa de créditos de ICMS.....	181
2.4	Lançamento por presunção.....	181
2.5	Nulidade no contexto da prova da responsabilidade tributária .....	182
2.6	Concomitância de medida judicial e vinculação às decisões dos tribunais superiores .....	183
3	Vício formal e material no contexto do processo administrativo tributário paulista.....	183
4	Vícios relacionados à comprovação da ocorrência do fato gerador....	184
5	Aplicação do princípio da consunção à sanção pelo descumprimento de obrigação acessória .....	184
	Conclusão .....	185

## A RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇOS

	Fulvia Helena de Gioia.....	187
	Introdução .....	187
1	A determinação legal da responsabilidade tributária: contornos e limites impostos pelo Código Tributário Nacional .....	188
2	Os limites legais para imposição da responsabilidade solidária a terceira pessoa e a posição do Superior Tribunal de Justiça.....	189
3	A posição do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo quanto à responsabilidade solidária do tomador de serviços .....	193
	Conclusão .....	194

## INCIDÊNCIA DO ICMS NA PUBLICIDADE POR MEIO DA INTERNET

	Júlio M. de Oliveira, Gabriel Caldiron Rezende.....	197
	Introdução .....	197
1	Contextualização do conflito de competência.....	198
2	Análise da jurisprudência do TIT .....	201
2.1	Argumentos favoráveis aos contribuintes .....	202
2.1.1	Não caracterização do serviço de comunicação.....	202
2.1.2	Veiculação de publicidade e competência municipal .....	205
2.1.3	Imunidade tributária do art. 150, III, “d”, da Constituição Federal....	207
2.2	Argumentos favoráveis à Fazenda Estadual.....	210
2.2.1	Caracterização do serviço de comunicação .....	210
2.2.2	Não caracterização de serviço de valor adicionado .....	212
2.2.3	Veto da Lei Complementar nº 116/3003 .....	214
2.2.4	Inaplicabilidade da imunidade tributária do art. 150, III, “d”, da Constituição Federal .....	215
2.3	A jurisprudência do TIT .....	216
	Conclusões.....	219

## A GUERRA FISCAL E A LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017

	Hugo Funaro.....	221
	Introdução .....	221
1	Argumentos pró-Fisco .....	226
2	Argumentos pró-contribuinte .....	227
3	Jurisprudência do TIT/SP .....	230
	Conclusão .....	231

## O DIREITO AO CRÉDITO DE ICMS NA SUA ORIGEM E NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	Isabela Bonfá de Jesus, Leandro Gião Tognoli .....	233
	Introdução .....	233

1	A não cumulatividade do ICMS – Histórico e fundamentos.....	234
1.1	O histórico da não cumulatividade no Direito Tributário brasileiro...	234
1.2	A origem do ICM/ICMS – Texto e contexto.....	237
1.3	O ICM(S) na Constituição Federal de 1988.....	246
2	O direito ao crédito de ICMS gestado sob as discussões entre Fisco e contribuinte acerca da preponderância do <i>cobrado</i> e do <i>pago</i> .....	251
2.1	O papel do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT-SP) nos conflitos sobre a não cumulatividade do ICMS.....	251
2.2	A guerra fiscal do ICMS .....	253
2.2.1	O problema.....	253
2.2.2	Os argumentos da fiscalização .....	256
2.2.3	Os argumentos dos contribuintes .....	257
	Conclusão .....	259

## **O BENEFÍCIO FISCAL DA REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS EM RELAÇÃO À CESTA BÁSICA**

Ivan Allegretti .....	261	
Introdução .....	261	
1	A redução da base de cálculo na jurisprudência do STF.....	262
2	Anulação proporcional ou vedação total do aproveitamento dos créditos da operação de entrada?.....	266
3	O conceito e a delimitação concreta dos itens alcançados pela cesta básica .....	270
4	O caso do açúcar.....	276
	Considerações finais.....	279

## **ANOTAÇÕES SOBRE A CONSUNÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO TIT**

José Luis Ribeiro Brazuna, Sérgio Pin Junior.....	281	
Introdução .....	281	
1	O marco sancionador da legislação paulista do ICMS .....	282
2	Conflitos resolvidos pelo TIT com base na consunção .....	283
3	Concurso de crimes e conflitos de normas .....	285
4	A consunção e o marco sancionador da legislação paulista do ICMS...292	292
	Conclusões.....	300

## **EXPORTAÇÕES E REMESSAS INTERNACIONAIS DE MERCADORIAS COM FIM DE EXPORTAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO TIT/SP**

Lucas Bevilacqua, Vanessa Cecconello .....	301	
Introdução .....	301	
1	Imunidade do ICMS nas exportações.....	302
2	ICMS nas exportações indiretas .....	306
3	Desoneração das exportações e os julgados do STF e STJ .....	310
4	Jurisprudência TIT/SP .....	311
	Considerações finais.....	315

## **ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO E CLASSIFICAÇÃO FISCAL**

Lucas Galvão de Britto, Marina Vieira de Figueiredo .....	317	
Introdução .....	317	
1	Argumentos pró-Fisco .....	318
2	Argumentos pró-contribuinte .....	324
3	Jurisprudência do TIT/SP .....	326
	Conclusão .....	330

## **O POSICIONAMENTO DO TIT/SP FRENTE ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO SETOR DE COMUNICAÇÃO**

Luiz Roberto Peroba, Matteus Borelli .....	333	
Introdução .....	333	
1	Argumentos pró-Fisco .....	334
2	Argumentos pró-contribuinte .....	336
3	Jurisprudência do TIT/SP .....	338
	Conclusão .....	341

## **A RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE EM OPERAÇÕES INIDÔNEAS**

Mara Eugênia Buonanno Caramico .....	343
Introdução .....	343
1 Evolução do tema no tempo .....	344
2. Fisco <i>vs.</i> contribuinte .....	350
3 A jurisprudência do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.....	352
Conclusão .....	360
 A INSEGURANÇA JURÍDICA NA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SUPLETIVA EM FACE DA EXIGÊNCIA DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	
Marcelo José Luz de Macedo, Thiago Dayan.....	363
Introdução .....	363
1 ICMS.....	364
2 Substituição tributária .....	365
3 Substituição regressiva ou para trás .....	367
4 Substituição progressiva ou para frente.....	368
5 Sujeito passivo da substituição tributária.....	369
6 A legislação de São Paulo.....	371
7 Da impossibilidade de responsabilização solidária “supletiva” do substituído tributário .....	374
Conclusão .....	377
 PRECLUSÃO X DIREITO DE APRESENTAR PROVA EXTEMPORÂNEA	
Maria do Rosário Esteves.....	381
Introdução .....	381
1 A verdade .....	381
1.1 A verdade no direito positivo.....	381
1.2 Verdade material <i>versus</i> verdade formal.....	383
1.3 A verdade no processo administrativo tributário .....	385
2 O direito de apresentar provas extemporâneas, no âmbito do contencioso administrativo tributário paulista – Argumentos pró-Fisco e pró-contribuinte .....	387
3 Análise de jurisprudência do TIT/SP, após o advento da Lei nº 16.498/17 que alterou a redação do artigo 19 da Lei nº 13.457/09 .....	391
Conclusão .....	396
 A CONCOMITÂNCIA ENTRE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS: ANÁLISE CRÍTICA DA MANUTENÇÃO DAS PENALIDADES	
Martha Leão .....	399
Introdução .....	399
1 Argumentos pró-Fisco .....	401
2 Argumentos pró-contribuinte .....	403
3 Jurisprudência do TIT/SP .....	404
Conclusão .....	409
 ERRO NA ELEIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO DA INFRAÇÃO	
Michell Przepiorka, Arthur Leite da Cruz Pitman.....	411
Introdução .....	411
1 Extinção da pessoa jurídica autuada .....	414
2 Relação filial e matriz.....	418
3 Outros casos .....	419
Conclusão .....	421
 ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BEM POR ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Rafael Campos Soares da Fonseca.....	423
Introdução .....	423
1 Argumentos pró-Fisco .....	425
2 Argumentos pró-contribuinte .....	427
3 Jurisprudência do TIT/SP .....	428
Considerações finais.....	434

## A NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE OS BENS DO ATIVO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TIT E DO STF

Tiago Conde Teixeira, Rayanne Ribeiro Gomes .....	437
Introdução .....	437
1 O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação .....	438
2 Com a Constituição de 1988, o ICM se agiganta.....	441
3 O fato gerador do ICMS: circulação jurídica de mercadorias.....	442
4 Da ilegalidade de exigência do ICMS quando da venda de bens do ativo: o Convênio nº 64/06 .....	443
5 Inconstitucionalidade e ilegalidade formais do Convênio ICMS nº 64/06 e dos decretos estaduais que o incorporarem .....	445
6 O julgamento do RE nº 1.025.986/PE e a incidência do ICMS sobre os bens do ativo .....	448
7 Do correto posicionamento do Tribunal de Impostos e Taxas acerca do tema .....	453
Considerações finais.....	457

## DECADÊNCIA E O PAGAMENTO PARCIAL NO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO DO ICMS: A TÃO AGUARDADA ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Ricardo A. Castagna .....	459
Introdução .....	459
1 Argumentos pró-Fisco .....	462
1.1 Eliminação do âmbito de aplicabilidade do artigo 150, §4º, do CTN ..462	
1.2 Situações excepcionais à regra geral.....	464
1.2.1 Infrações relativas ao crédito do imposto .....	465
1.2.2 Pagamento antecipado a outro Estado em operações de importação por conta e ordem de terceiros .....	466
2 Argumentos pró-contribuinte .....	468
2.1 Homologação da atividade do contribuinte e ausência de débito a pagar.....	468
2.2 Infrações relativas ao crédito do imposto .....	469
2.3 Pagamento antecipado a outro sujeito ativo .....	471
3 Jurisprudência do TIT/SP .....	472
3.1 Metodologia de pesquisa e resultados preliminares.....	472
3.2 Pagamento, ainda que parcial, como objeto de homologação .....	473
3.3 Infrações relativas ao crédito do imposto .....	477
3.4 Pagamento antecipado a outro sujeito ativo .....	478
Conclusão .....	479

## VENDA DE MERCADORIA COM INSTALAÇÃO (ICMS), PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA (ISS) E FORNECIMENTO DE MERCADORIA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA (ICMS E ISS): DOS CRITÉRIOS NA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA PAULISTA PARA DELIMITAR NO CASO CONCRETO A SOLUÇÃO APROPRIADA

Roberto Biava Júnior, Rodrigo Frota da Silveira .....	483
Introdução .....	483
1 Argumentos pró-Fisco estadual: requisitos exigidos pelo Fisco estadual em relação ao subitem 7.02 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2.003, para que haja a incidência exclusiva do ISS. A venda de mercadoria com instalação – sem estar atrelada a serviço de engenharia (com incidência exclusiva do ICMS).....	486
2 Argumentos pró-contribuinte: a incidência exclusiva do ISS sobre os materiais utilizados nos serviços de engenharia .....	491
3 Análise de casos de jurisprudência no âmbito do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT-SP).....	494
Conclusões e comentários finais.....	497

## RECAPITULAÇÃO DA PENALIDADE

Robson Maia Lins.....	499
Introdução .....	499

1	Argumentos pró-contribuinte .....	503
1.1	Lançamento tributário e os vícios formais e materiais .....	503
1.2	Dos vícios que acarretam a nulidade do lançamento tributário .....	506
2	Argumentos pró-Fisco .....	509
3	Jurisprudência do TIT/SP .....	511
	Conclusão .....	517
	SOBRE OS AUTORES.....	519